



ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAÇÕES PRESTADAS
Modelo Padrão

Número de Inscrição: _____

Eu, candidato(a) identificado no Formulário de Inscrição de número acima, declaro ser responsável por todas as informações por mim declaradas, estando ciente que qualquer irregularidade poderá eliminar-me do Processo Seletivo 02/2022 da Câmara Municipal de Mário Campos/MG, bem como acarretar medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

Mário Campos/MG, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)

**ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO**

Eu, _____, _____ (nacionalidade),

(estado civil), _____ (profissão), CPF: _____, RG:
_____, residente e domiciliado na endereço _____

nomeio e constituo meu/minha PROCURADOR(A) o(a) Sr Sra.
_____, _____ (nacionalidade),
(estado civil), _____ (profissão), CPF: _____, RG:
_____, residente e domiciliado na endereço _____

Com a finalidade de APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO DO OUTORGANTE POR OCASIÃO DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2022 promovido pela Câmara Municipal de Mário Campos/MG, podendo o(a) Outorgado(a) promover minha inscrição no certame e assinar todos os atos necessários para o cumprimento do presente mandato, exceto a efetiva contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do referido órgão.

_____ (local), em ____/____/_____.

Assinatura do Outorgante: _____

CPF: _____

Assinatura do Outorgado: _____

CPF: _____



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Modelo Padrão

Eu, _____, CPF: _____, RG: _____, DECLARO para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público ou privado ou, que exerço cargo que é cumulável com o aqui pretendido, nos termos da Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XVI.

Mário Campos/MG, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)



ANEXO V - TERMO DE DESISTÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO EM PSS

Modelo Padrão

Eu, _____, CPF: _____, RG: _____, abaixo assinado(a), DECLARO QUE DESISTO, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL, DA MINHA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2022 – PSS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS/MG.

Mário Campos/MG, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER SOFRIDO PENALIDADE

Modelo Padrão

Eu, _____, CPF: _____, RG: _____, abaixo assinado(a), DECLARO, para os devidos fins, não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores.

Mário Campos/MG, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)



ANEXO VIII - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

Documentos de apresentação obrigatória para todas as formas admissionais (Investidura em Concurso Público, Cargos em Comissão, Servidores Temporários, Agentes Políticos, Estagiários, etc.).

A documentação apresentada deverá ser **ORIGINAL, ACOMPANHADA DE CÓPIA SIMPLES LEGÍVEL** (hipótese em que será autenticada pelo departamento de Pessoal/RH) ou **CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO**.

DOCUMENTO	FORMA DE APRESENTAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL	CHECKLIST
Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida e assinada pelo(a) nomeado(a). Declaração de acumulação de cargos	Formulário disponível na CMMC Obs.: Os formulários e declarações deverão ser preenchidos com a data da posse e assinados pelo(a) próprio(a) nomeado(a). Solteiro: Certidão de Nascimento Casado: Certidão de Casamento Separado ou Divorciado: Certidão de Casamento com averbação Viúvo: Certidão de casamento + atestado de óbito do cônjuge falecido	- LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX, c/c arts. 122 a 124.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Registro civil quanto ao Estado Civil (Original e Cópia)	Convivente (União Estável): Registro civil (Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento com averbações) + Declaração de União Estável lavrada em cartório	- LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 88, I a 91; c/c Arts. 187 a 188.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Carteira de Trabalho e Previdência Social	- Original e Cópia - Indicação do número no caso do PIS/PASEP não Constar da CTPS Obs. 1: Para aferição de dados previdenciários.	- LCM 91/2017: Arts. 187 a 188	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
PIS/PASEP (NIT e/ou NIS)	Obs. 2: Em caso de primeiro emprego do servidor (em sentido estrito) , a exigência passa a ser orientação para a confecção, mas não vincula a admissão.	- Lei Federal 7.116/1983; - Lei Federal 12.527/2011; - Lei Federal 12.682/2012; Lei Federal 13.460/2017;	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Documento de Identificação com Foto (DESDE QUE reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional).	Original e Cópia		<input type="checkbox"/>



CPF	Original e Cópia	<ul style="list-style-type: none"> - Lei Federal 13.709/2018; - Lei Federal 14.129/2021 - Decreto Federal - LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX; e em especial Art. 6º, I. - Lei Federal 7.116/1983; - Lei Federal 12.527/2011; - Lei Federal 12.682/2012; Lei Federal 13.460/2017; 	<input type="checkbox"/>
Título de Eleitor Certidão de Quitação Eleitoral	Original e Cópia	<ul style="list-style-type: none"> - Lei Federal 13.709/2018; - Lei Federal 14.129/2021 - Decreto Federal - LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX; e em especial Art. 6º, I. - Lei Federal 4.737/1965 	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Certidão de Crime Eleitoral	Certidões originais expedidas pelos TREs e/ou TSE de forma presencial ou pela internet.	<ul style="list-style-type: none"> - LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX; e em especial Art. 6º, III. 	<input type="checkbox"/>
Documento de quitação das obrigações militares	<p>Original e Cópia</p> <p>Tipos de documento militar: - Certificado de Alistamento Militar (CAM) - Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) - Certificado de Reservista de 1ª categoria - Certificado de Reservista de 2ª categoria - Certificado de Isenção (CI)</p> <p>Obs.: Caso o nomeado tenha idade superior a 45 anos, está dispensada a apresentação do documento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei Federal 1.187/1939; - LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX; e em especial Art. 6º, III. 	<input type="checkbox"/>
Comprovante de escolaridade	Original e cópia	<ul style="list-style-type: none"> - LCM 91/2017: Arts. 4º a 15, c/c, Art. 121, XIX; e em especial Art. 6º, IV. - Lei Federal 7.116/1983; 	<input type="checkbox"/>
Registro profissional emitido pelo órgão/conselho de classe	Original e Cópia	<ul style="list-style-type: none"> - Lei Federal 12.527/2011; - Lei Federal 12.682/2012; 	<input type="checkbox"/>



Lei Federal
13.460/2017;
- Lei Federal
13.709/2018;
- Lei Federal
14.129/2021
- Decreto Federal
- LCM 91/2017:
Arts. 4º a 15, c/c,
Art. 121, XIX; e em
especial Art. 6º,
VII.

Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). O documento é emitido após a realização dos exames de admissão. Eles deverão ser repetidos com periodicidades que variam de acordo com idade, condições do colaborador e risco da profissão.

Original

- LCM 91/2017:
Arts. 4º a 15, c/c,
Art. 121, XIX; e em
especial Art. 6º, VI.

Carteira de Motorista (CNH)

Documento obrigatório somente para os nomeados ao cargo de Motorista ou cargos que exijam a direção de veículos automotores. Atenção!: pode haver requisito de idade mínima e máxima.

- LCM 91/2017:
Arts. 4º a 15, c/c;
- Em especial Art.
6º, V e VII.

**Certidão de nascimento de filhos de até 21 anos se dependentes
Cartão de vacinação dos filhos menores de sete anos
Comprovante de frequência escolar dos filhos maiores de sete anos para o caso de salário-família**

Original e Cópia

- LCM 91/2017:
Arts. 4º a 15, c/c,
Art. 88, I a 91; c/c
Arts. 187 a 188;
- Para se for o caso,
atestar direito à
salário-família, nos
termos do arts. 65 a
70 da Lei Federal
8.213/91;

Atestado de invalidez dos filhos de qualquer idade (caso haja)

- STF, AI 817010
RS

Autorização de acesso aos dados de bens e rendas da Declaração de IRPF

OU

Cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda (DIRF)

Formulário disponível na CMMC ou Original impresso pela RFB ou programa da DIRPF

Obs.: Os formulários e declarações deverão ser preenchidos com a data da posse e assinados pelo(a) próprio(a) nomeado(a).

- Leis Federais
8.429/1992 e
8.730/93;
- Art. 72, §4º, e 132
(por analogia) da
Lei Orgânica do
Município;
- LCM 91/2017: art.
15, §5º.

Declaração de bens e rendas

Formulário disponível na CMMC
Obs.: Os formulários e declarações deverão ser preenchidos com a data da

- Instrução
Normativa 05/2007
do TCE/MG e
posteriores
- Leis Federais
8.429/1992 e
8.730/93;



posse e assinados pelo(a) próprio(a) nomeado(a).

- Art. 72, §4º, e 132 (por analogia) da Lei Orgânica do Município;

- LCM 91/2017: art. 15, §5º.

- Instrução Normativa 05/2007 do TCE/MG e posteriores

Dados bancários

Nº da conta corrente e/ou conta poupança e agência.

O nº da agência deverá ser acompanhado da indicação da UF e cidade em que se localiza.

Obs.: A conta deverá ser individual, não sendo admitida conta conjunta.

Formulário disponível na CMMC

Obs.: Os formulários e declarações deverão ser preenchidos com a data da posse e assinados pelo(a) próprio(a) nomeado(a).

Original emitido pelo menos 30 dias antes da data da posse e Cópia ou Declaração de Residência/Domicílio de Próprio Punho

- Art. 4º da LM 649/2019.

Requerimento Padrão de Auxílio Transporte

Comprovante de endereço

Certidões de antecedentes da(s) polícia(s) do(s) estado(s) e Polícia Federal, do(s) local(is) em que o candidato residiu nos últimos 5 anos

Certidão negativa criminal das Justiças Estadual e Federal, do do(s) local(is) em que o candidato residiu nos últimos 5 anos.

1 foto 3x4 recente

Fotografia nítida. Fundo branco.



POSSE POR PROCURAÇÃO

Conforme previsão do art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 91/2017, a posse poderá se dar mediante procuração específica. O procurador não poderá ser servidor público municipal (art. 121, XI, da LCM 91/2017), devendo, no ato da posse, apresentar documento de identificação pessoal. O instrumento de procuração, lavrado em forma particular, deverá apresentar firma reconhecida em cartório. A existência de procuração confere ao(a) procurador(a) a prerrogativa de assinar o "termo de posse", não possuindo, contudo, poderes para assinar as declarações e formulários de cunho personalíssimo, então exigidas pelo CMMC.

APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE VEREADORES

No caso de Vereadores, o rol acima é exemplificativo e não veda a posse. Todavia, nos termos do art. 72, §4º da Lei Orgânica do Município, a apresentação de Declaração de Bens é obrigatória, também conforme artigo 7º da Lei Federal 8.730, de 10 de novembro de 1.993, punível o agente público que se recusar a prestá-la, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, nos termos do art. 13, §3º, da Lei Federal 8.429, de 02 de junho de 1992. Em todo caso, a recusa do eleito em apresentar documentos solicitados e/ou exigíveis deverá ser Certificada pelo(a) servidor(a) responsável e constar da pasta funcional do agente, juntamente ao *checklist* acima, com os Termos ("Não preenchido" e/ou "Recusou-se a fornecer").

LEGENDA: CMMC = Câmara Municipal de Mário Campos; LCM = Lei Complementar Municipal; c/c = "combinado com"; TREs = Tribunais Regionais Eleitorais; TSE = Tribunal Superior Eleitoral; STF = Supremo Tribunal Federal; AI = Agravo de Instrumento; RS = Rito Grande do Su; TCE = Tribunal de Contas do Estado; MG = Minas Gerais; RFB: Receita Federal do Brasil; DIRPF = Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física; LM = Lei Municipal.